



(Processo Administrativo n° 6065.2023/0000490-7)

TERMO DE CONTRATO N°: 066/2023

PROCESSO SEI: 6065.2023/0000490-7

PROPOSTA: 088273748

OBJETO: Trata-se da contratação da atividade "Exposição Audiodrama Flores" para compor a programação do 4º Sem Barreiras - Festival de Artistas com Deficiência.

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), CNPJ n° 08.082.743/0001-60.

CONTRATADA: LUCAS BORBA 02322322024, CNPJ n. 41.407.063/0001-44.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e três, no Gabinete da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência – SMPED, situado na Rua Líbero Badaró, n. 425 – 32º andar – Centro - São Paulo/SP - CEP: 01.009-905, de um lado a **Prefeitura do Município de São Paulo através da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPED**, CNPJ n. **08.082.743/0001-60**, neste ato representada pelo Sr. **FLÁVIO ADAUTO FENÓLIO**, portador do R.G n. [REDACTED] SSP/SP e C.P.F/MF n. [REDACTED] 43, Chefe de Gabinete, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a pessoa jurídica **LUCAS BORBA 02322322024**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° **41.407.063/0001-44**, sediado(a) na Rua Pedro de Toledo, n.º 910 – Vila Clementino – São Paulo/SP – CEP: 04.039-901, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por **LUCAS BORBA**, portadora do R.G n. [REDACTED] SSP/SP e C.P.F/MF n. [REDACTED] Representante Legal, conforme atos constitutivos, tendo em vista o que consta no Processo n° 6065.2023/0000490-7 e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1º

de abril de 2021, Decreto Nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de Intervenção Artística "Exposição Audiodrama Flores" para compor a programação do 4º Sem Barreiras - Festival de Artistas com Deficiência.

1.2 Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes na proposta e seus anexos firmados pelo contratado que são parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A prestação dos serviços será executada no local, dia/período e horário, previsto na proposta e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO CONTRATUAL

3.1 A vigência do contrato se inicia com a data da assinatura e se encerra trinta dias após a data prevista para o término da execução dos serviços.

3.1.1 O prazo de execução dos serviços correspondente ao período de 20 a 24 de setembro de 2023, totalizando 1 apresentações conforme proposta/cronograma.

3.2 Não obstante o prazo estipulado nos subitens 3.1 e 3.1.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutive, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 O valor total da presente contratação é de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a ser pago em parcela única após a confirmação da execução dos serviços pela unidade requisitante. O pagamento se dará no 30º (trigésimo) dia após a data de entrega de toda documentação correta relativa ao pagamento.

4.2 Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído na proposta e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.3 Para fazer frente às despesas do Contrato, será onerada a dotação do orçamento vigente indicada no preâmbulo, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo eventuais despesas de exercícios subsequentes onerarem as dotações do orçamento próprio.

4.4 Os preços contratuais não terão reajuste ou atualização.

4.5 As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, ficando ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

4.6 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura de São Paulo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 36.00 - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - 36.10 - Gabinete do Secretário;
- II. Fonte de Recursos: 00.2.500.9001.1.
- III. Programa de Trabalho: 14.242.3006.7.110.
- IV. Elemento de Despesa: 4.4.90.39.00.
- V. Nota de Empenho: 88.123/23.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 São obrigações da CONTRATADA

- a)** Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados, obedecendo às especificações e obrigações descritas na proposta e seus anexos, cumprindo o com a agenda acordada no tocante ao período, local(locais), data(s) e horário(s) para a realização das atividades, conforme cronograma estabelecido na proposta e seus anexos, que precederam este ajuste e fazem parte integrante do presente instrumento;
- b)** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados e garantir sua total qualidade, nos termos da legislação aplicável;
- c)** Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;
- d)** Manter a regularidade fiscal e as demais condições de formalização previstas no artigo 113 do Decreto Municipal nº 62.100/22 durante toda a execução do contrato.
- e)** A contratada é responsável integralmente pelo pagamento e repasse dos valores decorrentes dos serviços do artista/grupo/coletivo contratado e pagamento das demais despesas referentes à execução dos serviços contratados.
- f)** Responder por todo e qualquer dano decorrente da prestação de serviços que venha a ser causado à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;
- g)** Tratar os funcionários da instituição e terceiros com respeito e urbanidade e acatar as orientações da fiscalização.
- h)** Possuir as condições técnicas e materiais para execução dos serviços, no caso de formato online ou híbrido (presencial e on-line), com transmissão via internet, em plataformas eletrônicas ou mídias sociais, bem como, após a execução, enviar o vídeo da atividade desenvolvida para a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED).

i) Adotar práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização, inclusive práticas de logística reversa pertinentes, se o caso.

5.2 A CONTRATADA deverá adotar as providências, obter autorizações e realizar pagamentos devidos a título de direitos autorais, direitos conexos e direitos de personalidade (nome, imagem e/ou voz) que se relacionem com os serviços prestados nos termos da cláusula décima primeira.

5.3 A CONTRATADA é responsável pela adoção das providências de obtenção de decisão judicial junto à Vara da Infância e Juventude quando houver a participação de crianças e adolescentes na prestação do serviço de natureza artística, nos termos do artigo 149, II, a, do Estatuto da Criança e Adolescente-ECA (Lei Federal nº 8.069/90), responsabilizando-se inclusive pelo pagamento de eventual multa aplicada por infração administrativa ao ECA

5.4 A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros.

5.5 A CONTRATADA é obrigada a fazer menção nos créditos da REALIZAÇÃO pela Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), em todo o material de divulgação e durante a execução do serviço contratado, por qualquer meio, tais como audiovisual, em plataformas eletrônicas e/redes sociais na internet, em rádio e em material escrito.

5.6 Ficam proibidas:

a) A inserção de anúncios ou menções a pessoas físicas ou jurídicas, bem como referências a membros dos três Poderes, no âmbito das atividades presenciais, gravadas ou transmitidas pela internet ou plataforma eletrônica ou redes sociais onde a atividade for transmitida ou divulgada, que possam implicar em violação ao princípio da impessoalidade ou demais princípios de Direito Público.

b) A veiculação de publicidade não oficial ou marcas ou de serviços e produtos no âmbito das atividades presenciais, gravadas ou transmitidas pela internet ou plataforma eletrônica e redes sociais onde a atividade for transmitida ou divulgada.

c) É proibida a de exibição integral ou parcial do evento/espetáculo em perfis ou canais de redes sociais e em quaisquer outros meios de exibição que não sejam de propriedade da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) ou de outro órgão municipal.

d) A realização do serviço artístico ora contratado no interior de templo religioso ou ainda a prática de culto religioso durante sua realização, em respeito à laicidade do Estado Brasileiro estabelecida no artigo 19, I, da Constituição Federal.

5.7 É vedada a comercialização de produtos de terceiros nos espaços públicos da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED).

5.8 As ideias e opiniões expressas durante as apresentações artísticas e culturais não representam a posição da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), sendo os artistas e seus representantes os únicos e exclusivos responsáveis pelo conteúdo de suas manifestações, ficando a Municipalidade de São Paulo com direito de regresso contra os artistas e seus representantes, em caso de indenização por dano material, moral ou à imagem de terceiros.

5.9 A prestação dos serviços contratados objeto desta proposta ocorrerá em evento municipal, no qual poderá haver, a critério da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), patrocínios selecionados nos termos da legislação municipal, de modo que a CONTRATADA aceita realizar o serviço proposto com presença de eventual ativação de marcas, inclusive no palco, expostas nos termos regulamentados no ajuste celebrado com os patrocinadores.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas na proposta e seus anexos, cabendo-lhe especialmente:

- a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
 - b) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
 - c) Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100/2022;
 - d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
 - e) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
 - f) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
 - g) Atestar a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
- 6.2 A realização de fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 O prazo de pagamento do valor total do contrato, ou de suas parcelas, caso previsto pagamento parcelado, será de 30 (trinta) dias, a contar do dia seguinte da entrega da documentação correta pela contratada.

7.1.1 Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

7.2 Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota fiscal, nota(s) fiscal-fatura, nota(s) fiscal(is) de serviços eletrônica ou documento equivalente, apresentação do Termo de Contrato assinado e do ateste do fiscal do contrato, sendo recomendável anexar material comprobatório da execução do serviço por meio de fotos ou vídeos, ou outros meios idôneos, apresentado pelo contratado ou pela Administração.

7.3 A Contratada deverá apresentar a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

- a)** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - F.G.T.S.(CRF), fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- b)** Certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União(CND);
- c)** Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo(CTM);
- d)** Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

7.4 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

7.5 Por ocasião de cada pagamento, serão feitos descontos e as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária e desconta dos eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.

7.5.1 Se o caso, poderão ser solicitadas declarações adicionais do contratado sobre o preenchimento de requisitos previstos na legislação, como, por exemplo, declaração relativa ao regime do Simples Nacional.

7.6 A não apresentação de certidões negativas de débito, na forma prevista no subitem 7.4, não impede o pagamento dos serviços já executados, entretanto poderá ensejar a rescisão do contrato, caso ainda restem parcela de serviços a serem executadas e aplicação da multa cabível para a rescisão, penalidade.

7.7 O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

7.7.1 Os prestadores de serviço e fornecedores deverão providenciar o preenchimento da Ficha de Atualização do Cadastro de Credores - FACC, na conformidade do Anexo Único do referido Decreto.

7.8 Nos casos de contratações de prestadores de serviço de natureza eventual e não continuada, por força de Decreto Municipal 51.197/10, Portaria SF nº 09/21, O PAGAMENTO observará o seguinte:

a) Entende-se como natureza eventual aquela originária de até duas prestações de serviço, realizada no âmbito de uma unidade orçamentária, no período dos últimos doze meses.

b) Para Pessoa Física: Até R\$ 3.000,00 (três mil reais) o contratado pode receber por meio de ordem de pagamento ou ordem bancária/contrarrecibo (saque em qualquer agência bancária do Banco do Brasil, mediante documento de identificação e CPF, 30 dias a partir da data de previsão de pagamento).

c) Para Pessoa Física: De R\$ 3.000,01 (três mil reais e um centavo) até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por crédito em conta corrente de qualquer instituição financeira regulamentada.

d) Para Pessoa Jurídica: Até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), por crédito em conta corrente de qualquer instituição financeira regulamentada.

e) Os pagamentos para Pessoa Física e Jurídica acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), somente serão creditados no BANCO DO BRASIL.

7.9 Só serão creditados pagamentos em CONTA CORRENTE (Não são aceitas contas: poupança, fácil e conjunta).

7.10 As contas correntes deverão ser informadas em nome do titular do CPF (PF) ou CNPJ (PJ) contratado.

7.11 Contratações realizadas através de MEI, deverão informar conta corrente PESSOA JURÍDICA.

7.12 Contratados Pessoa Jurídica não podem utilizar conta de pessoa física para o recebimento.

7.13 Em caso de contratação de Pessoa Física deverá ser informado o número do NIT ou do PIS/PASEP.

7.14 Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de prestadores de serviços e fornecedores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

8.1 O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas nos artigos 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

8.2 A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.

8.3 O contrato se extingue quando vencido o prazo de vigência nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

8.4 Quaisquer alterações contratuais devem ser formalizadas por meio de Termo Aditivo, via de regra previamente aos seus efeitos, nos termos do artigo 132 da Federal 14.133/21, e durante o prazo de vigência do contrato.

8.5 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

8.6 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, amigavelmente ou por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.6.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1 A execução dos serviços será feita conforme proposta e seus Anexos que fazem parte integrante deste ajuste para todos os fins.

9.2 A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização da CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento, conforme Cláusula Sétima, sendo recomendável, ainda, a juntada no respectivo processo de material comprobatório da execução do serviço contratado por meio de fotos, vídeos ou outros meios idôneos, apresentado pelo contratado ou pela Administração.

9.2.1 A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 62.100/2022.

9.3 O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.

9.4 O objeto contratual será recebido mediante ateste da fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.

9.5 Havendo inexecução de serviços, o valor devido somente será pago após a dedução das penalidades estabelecidas no item 10.2, observando os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

9.5.1 O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas na proposta e seus Anexos verificadas posteriormente.

9.6 Para fiscalização deste contrato foram designados os servidores: Alessandro de Aguiar Freitas, RF nº 812.782.4, e na sua ausência será suplente o servidor Victor Rodrigues Salles, RF nº 887.904.4.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/21, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no item 10.3, com as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar; ou
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

10.1.1 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.2 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

10.2.1 Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

10.2.2 Multa por inexecução parcial do contrato: 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada.

10.2.3 Multa por rescisão contratual por culpa da contratada: 30% (trinta por cento) sobre o valor restante do contrato.

10.2.4 Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, por não observar as obrigações e proibições previstas nas cláusulas 5.4, 5.5 e 5.6 deste contrato.

10.2.5 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, por infração à cláusula 5.3 deste contrato.

10.2.6 Multa de 10% (dez por cento), no caso de atraso de até 30 minutos, aplicada sobre o valor da apresentação ou sobre o valor total do contrato em caso de apresentação única. Ultrapassado esse tempo, fica a critério da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) autorizar a realização do evento, visando a evitar prejuízos à grade de programação, o que não afasta a aplicação da penalidade. Caso não autorizada a realização do evento será considerada a inexecução total, em caso de apresentação única, ou inexecução parcial do contrato.

10.2.7 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato em caso de descumprimento das demais cláusulas, obrigações e especificações dos serviços.

10.2.8 Caso haja previsão de pagamento do contrato total ou em parte por meio de reversão de bilheteria, o valor correspondente, no percentual cabente ao contratado, integrará a base de cálculo da multa prevista, sendo considerado como valor de bilheteria o valor integral dos ingressos, considerada a lotação máxima do equipamento por dia de apresentação.

10.3 A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da L.F., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.4 O impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública até o prazo máximo de 3 anos será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da L.F. nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.5 A declaração de inidoneidade será aplicada caso a contratada incorra nas hipóteses previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do artigo 155 da LF 14.133/21 sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste contrato.

10.6 Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, esclarecendo os fatos que motivaram o inadimplemento, ou, no caso de força maior, que a cumprimento da obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário.

10.7 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.8 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

10.9 No caso de aplicação da penalidade de multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

10.10 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

10.11 Caso haja extinção, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

10.12 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS AUTORAIS, CONEXOS E DE PERSONALIDADE

11.1 Caso a CONTRATADA não seja detentora dos direitos autorais e conexos sobre o conteúdo, informações ou elementos da obra/projeto, é de sua responsabilidade a obtenção de autorização para utilização da obra do autor ou do titular dos direitos autorais ou dos direitos conexos, assim como a obtenção de autorização para uso de nome, imagem e/ou voz.

11.2 CONTRATADA é responsável pelo pagamento dos valores relativos a direitos autorais e direitos conexos, aos titulares ou entes arrecadadores e dos valores eventualmente estipulados com os titulares quando da obtenção de autorizações de uso dos direitos de personalidade (uso de nome, imagem e voz).

11.2.1 O recolhimento somente poderá ser dispensado caso o evento tenha sido incluído em ajuste prévio entre a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) e o ente arrecadador, conforme estabelecido previamente na proposta.

11.3 Os profissionais contratados e o seu representante autorizam e cedem à Municipalidade de São Paulo, através da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), pelo prazo

previsto na proposta, de forma exclusiva, os direitos autorais patrimoniais e o uso do nome, da imagem e/ou de voz do Artista/Grupo/Cia, em publicações da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) em mídia impressa, digital ou eletrônica, exibidas na internet, plataformas digitais, e demais canais de comunicação da Secretaria, via streaming linear e/ou “on demand”, existente ou que venha a existir, com finalidade exclusiva de divulgação do evento/espetáculo/performance, podendo o material já publicado permanecer além do prazo acima estipulado e por tempo indeterminado no histórico das mídias da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) na qualidade de registro, de acordo com o princípio da transparência e da publicidade dos eventos realizados pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

12.2 Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos endereços eletrônicos informados na proposta.

12.3 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

12.4 Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

12.5 A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

12.6 A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

12.7 No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pela Lei Federal nº14.133/2021.

12.8 O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e obedecerão a Lei Federal nº 14.133/21, o Decreto Municipal n.º 62.100/22 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

12.9 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da fazenda Pública da Comarca desta Capital para dirimir qualquer dúvida proveniente desse Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes.

São Paulo/SP, 15 de setembro de 2023.

CONTRATANTE:

Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED):

Flávio Aduato Fenólio
Chefe de Gabinete
SMPED/GAB/CG

CONTRATADA:

LUCAS BORBA 02322322024:



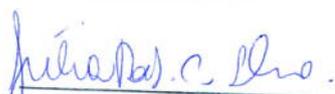
Lucas Borba
Representante Legal
LUCAS BORBA 02322322024

Testemunhas:



Nome: Claudia Cainelles Colombo

RG: [REDACTED]



Nome: Julia Rodrigues Costa Galvano

RG: [REDACTED]



CONTRATADO

(Quando se tratar de grupo, o líder do grupo)

Nome:

Nome artístico:

RG:

CPF:

Data de Nascimento:

Nacionalidade:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Integrantes do grupo:

NOME, portador da carteira de identidade X, expedida pela X, CPF no X;

PROPOSTA

Objeto:

Evento: 4º Sem Barreiras - Festival de Artistas com Deficiência

Data/Período:

Tempo Aproximado:

Local: Praça das Artes

Endereço: Av. São João, 281 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP, 01035-000

Valor:

Forma de pagamento: O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias corridos após o recebimento do objeto contratado, mediante ateste do fiscal.

Dados Bancários: (Banco/Agência/Conta Corrente)

Justificativa: A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) tem como finalidade promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência no Município, visando a sua inclusão social e cidadania, bem como articular ações e políticas transversais relacionadas à promoção e à garantia dos direitos das pessoas com deficiência em parceria com os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, Câmara Municipal de São Paulo e demais esferas de

governo, bem assim com a iniciativa privada, as organizações sociais e os diversos segmentos da sociedade civil.

Tendo em vista as atribuições da Divisão de Ações Culturais, Educativas e Eventos (DACEE) da SMPED, definidas no Art. 14, parágrafo único, incisos I e II do Decreto Nº 58.031, de 12 de dezembro de 2017, de planejar, supervisionar, coordenar e executar eventos, ações culturais e capacitações, de forma a promover a inclusão, a cidadania e os direitos da pessoa com deficiência.

Considerando ainda o Plano de Ações 2021-2024 da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) estão as ações: “23 - Ampliar a participação das pessoas com deficiência em atividades culturais”; “25 - Promover eventos de celebração aos direitos das pessoas com deficiência”; e “27 - Estimular ações de turismo acessível para pessoas com deficiência”.

Dentro do calendário anual de eventos da SMPED está previsto a realização do 4º Sem Barreiras - Festival de Artistas com Deficiência, este ano de 20 a 24 de setembro.

O objetivo do Festival é promover e apoiar o trabalho de artistas com deficiência, buscando reconhecer, dar visibilidade e valorizar o potencial de cada um deles, ao mesmo tempo em que promove a acessibilidade e a inclusão. Através da cultura, é possível oferecer uma nova perspectiva sobre a deficiência, permitindo que seja compreendida de maneira mais ampla. O foco principal é destacar o talento único de cada indivíduo envolvido.

PESSOA JURÍDICA

Razão Social:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

Representante:

RG:

CPF:

OBSERVAÇÕES

- 1) A proponente tem ciência da obrigatoriedade de fazer menção dos créditos PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM

DEFICIÊNCIA, em toda divulgação, escrita ou falada, realizada sobre o espetáculo programado, sob pena de cancelamento sumário do evento.

- 2) Nos casos de comercialização de qualquer produto artístico-cultural, a proponente assume inteira responsabilidade fiscal e tributária quanto a sua comercialização, isentando a Municipalidade de quaisquer ônus ou encargos, nos termos da O.I. nº 01/2002 - SMC-G.
- 3) No caso de espetáculo musical, declara assumir quaisquer ônus decorrentes da fiscalização e autuação da Ordem dos Músicos do Brasil - OMB.
- 4) As ideias e opiniões expressas durante as apresentações artísticas e culturais não representam a posição da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, sendo os artistas e seus representantes os únicos e exclusivos responsáveis pelo conteúdo de suas manifestações, ficando a Municipalidade de São Paulo com direito de regresso sobre os mesmos, inclusive em caso de indenização por dano material, moral ou à imagem de terceiros.
- 5) PAGAMENTO, nos casos de contratações com cachê, de credores eventuais e de natureza não continuada - por força de Decreto Municipal 51.197/10 - Portaria SF Nº 33/10 e Nº 09/2021 :

Entenda-se como natureza eventual aquela originária de até duas prestações de serviço, realizada no âmbito de uma unidade orçamentária, no período dos últimos doze meses.

- Para Pessoa Física:

Até R\$3.000,00 (três mil reais) o contratado pode receber por depósito em conta no Banco do Brasil ou por Ordem Bancária (saque em qualquer agência bancária do Banco do Brasil, mediante documento de identificação e CPF, 30 dias a partir da data de previsão de pagamento). Não pode receber por outra conta corrente de outro banco da rede.

De R\$ 3.000,01 (três mil reais e um centavo) até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por crédito em conta corrente de qualquer instituição financeira regulamentada.

- Para Pessoa Jurídica:

Até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), por crédito em conta corrente de qualquer instituição financeira regulamentada.

- Para Pessoa Física e Jurídica:

Acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), somente serão creditados no BANCO DO BRASIL.

- Só serão creditados pagamentos em CONTA CORRENTE (Não são aceitas contas: poupança, fácil e conjunta).

- As contas correntes deverão ser informadas em nome do CPF (PF) ou CNPJ (PJ) contratados.

- Contratações realizadas através de MEI, deverão informar conta corrente PESSOA JURÍDICA.

- Contratados Pessoa Jurídica não podem utilizar conta de pessoa física para o recebimento.

- Contratação de Pessoa Física: sempre informar Número do NIT ou PIS/PASEP.

DECLARAÇÕES

- 1) Não me encontro em débito junto ao Município de São Paulo, no tocante aos encargos tributários municipais, assim como junto à Fazenda Federal até a presente data.
- 2) Não sou servidor(a) público municipal; não me encontro em impedimento para contratar com a Prefeitura do Município de São Paulo / Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, mediante o pagamento de cachê e/ou reversão da renda integral da bilheteria.
- 3) Não estou impedido de contratar com a Administração Pública ou condenado civilmente por ato de improbidade.
- 4) Assumo inteira responsabilidade, conforme o caso:
 - a) Pela adoção das providências legais junto às associações de gestão coletiva de direitos, em relação à autorização do autor ou titular dos direitos autorais, assim como pelo recolhimento do pagamento respectivo. Referente ao ECAD, os pagamentos serão realizados pela Secretaria Municipal de Cultura.
 - b) Pela adoção das providências de obtenção de decisão judicial junto à Vara da Infância e Juventude quando houver a participação de crianças e adolescentes no evento, nos termos do artigo 149, II, a, do Estatuto da Criança e Adolescente-ECA (Lei Federal n.º 8.069/90), me responsabilizando inclusive pelo pagamento de eventual multa aplicada por infração administrativa ao ECA.
- 5) Estou ciente da penalidade de multa de 10% (dez por cento) para casos de infração de cláusula contratual e/ou inexecução parcial do ajuste, e de 30% (trinta por cento) para casos de inexecução total do ajuste. O valor da multa será calculado sobre o valor do contrato ou sobre o valor integral da venda de todos os ingressos disponíveis.
- 6) Estou ciente de que no caso de haver atraso de até 30 minutos será aplicada multa de 10% sobre o valor do contrato ou sobre o valor integral da venda de todos os ingressos disponíveis, por dia de apresentação. Ultrapassado esse tempo, e independentemente da aplicação da penalidade, fica a critério da SMC autorizar a realização do evento, visando evitar prejuízos à grade de programação.
 - a) No caso de contratação de longa temporada (superior a 3 apresentações), não sendo autorizada a realização do evento, será considerada inexecução parcial do ajuste, limitada essa possibilidade a dois dias de ocorrência. Havendo o terceiro atraso na temporada, será considerada inexecução total do contrato, devendo ser rescindido o ajuste, com aplicação de multa por inexecução total de 30% sobre o valor do contrato ou sobre o valor integral da venda de todos os ingressos disponíveis, acumulada com a multa de 20% do valor do contrato por rescisão contratual por culpa do contratado.

- b) No caso de contratação de curta temporada (até 3 apresentações), não sendo autorizada a realização do evento, será considerada inexecução total do contrato, com aplicação da multa prevista por inexecução total.
- 7) Caso ocorra evento de força maior que impossibilite a realização da programação, esta será realocada para as dependências internas do equipamento cultural, de acordo com critérios estabelecidos pela administração.
- 8) Estou ciente de que haverá multa de 10% sobre o valor do contrato ou sobre o valor integral da venda de todos os ingressos disponíveis, em função da falta de regularidade fiscal da contratada, bem como, pela verificação de que a contratada possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN Municipal. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação que rege a matéria.
- 9) Estou ciente que é necessário a apresentação de toda documentação solicitada e a manutenção na regularidade das certidões fiscais, sob pena de não pagamento.
- 10) Estou ciente de que do valor do serviço serão descontados impostos cabíveis.
- 11) Estou ciente de que é vedada a colocação de anúncios (lambe-lambe e similares) nos locais do evento.
- 12) Estou ciente de que é de nossa responsabilidade providenciar operador(es) de som e luz, caso necessário..
- 13) Declaro, ainda, neste ato, que autorizo, a título gratuito, por prazo indeterminado, a Municipalidade de São Paulo, através da Secretaria da Pessoa com Deficiência, o uso de imagem do Artista/Grupo/Cia em pauta, nas suas publicações em papel e qualquer mídia digital ou internet existente ou que venha a existir, ou qualquer outro produto cultural, como também para os fins de arquivo e material de pesquisa e consulta.
- 14) Estou ciente da penalidade de 10% do valor total do contrato, em caso de falta de urbanidade praticadas pelos contratados com os funcionários da instituição ou terceiros.
- 15) Todas as informações procedentes são formadas sob as penas da Lei.
- 16) Estou ciente de que a apresentação artística objeto da presente proposta ocorrerá em evento municipal sujeito a patrocínios selecionados nos termos da legislação municipal, de modo que aceito realizar o serviço proposto com presença de eventual ativação de marcas, inclusive no palco, expostas nos termos regulamentados no respectivo edital de seleção dos patrocinadores.
- 17) Estou ciente de que o pagamento dos valores decorrentes dos serviços, em caso de grupo/coletivos, é de minha responsabilidade, não nos cabendo pleitear à Prefeitura quaisquer valores eventualmente não repassados.
- 18) Estou ciente de que é vedada a realização do serviço artístico ora contratado no interior de templo religioso ou a prática de culto religioso durante sua realização, em respeito à laicidade do estado Brasileiro estabelecida no artigo 19, I, da Constituição Federal.

NOS CASOS DE REVERSÃO DE BILHETERIA

- 1) No caso de pagamento do cachê por reversão de bilheteria, fica o valor dos ingressos sujeito ao atendimento no disposto nas Leis Municipais nº 10.973/91, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 30.730/91; Leis Municipais 11.113/91; 11.357/93 e 12.975/2000 e Portaria nº 66/SMC/2007; Lei Estadual nº 7844/92, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 35.606/92; Lei Estadual nº 10.858/2001, com as alterações da Lei Estadual 14.729/2012 e Lei Federal nº 12.933/2013.
- 2) O pagamento do cachê corresponderá à reversão integral da renda obtida na bilheteria a/o contratada/o, deduzidos os impostos e taxas pertinentes.
- 3) Os ingressos poderão ser vendidos com preços reduzidos, em face de promoções realizadas pela produção do evento.

NOS CASOS DE CONTRATAÇÕES COM APRESENTAÇÕES EM MODO VIRTUAL (ONLINE)

Declaro Que:

- 1) Sou responsável por todas as informações contidas no projeto, incluindo conteúdo e direitos autorais relacionados a atividade proposta.
- 2) Estou ciente e tenho condições de executar a atividade no formato online, em redes sociais, bem como enviar o vídeo da atividade desenvolvida para a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.
- 3) Tenho ciência de que a habilitação da atividade não gera automaticamente direito às contratações e que, mesmo habilitado e selecionado para contratação, a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência não tem obrigatoriedade de efetivar a contratação.
- 4) Me responsabilizo pelo cumprimento da agenda acordada, no tocante ao local, data e horário, para a realização da atividade.
- 5) Estou ciente de que a contratação não gera vínculo trabalhista entre a municipalidade e o contratado.
- 6) A apresentação contratada não oferecerá risco à minha saúde e à de terceiros, pois estou ciente que fica vedada qualquer forma de aglomeração ou encontro entre artistas e técnicos que residam em diferentes endereços.
- 7) Fica vedada a veiculação de publicidade não oficial no âmbito das atividades on line contratadas e na plataforma digital onde a atividade será transmitida ou divulgada, bem como referências a membros dos três Poderes ou quaisquer outras que possam implicar em violação ao princípio da impessoalidade ou demais princípios de Direito Público, ressalvada a possibilidade de identificação do evento como promovido pela Prefeitura de São Paulo,

sob pena de aplicação da sanção de suspensão do direito de contratar com a Administração, prevista no artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido, no interesse da administração, devidamente justificado ou em virtude da inexecução total ou parcial do serviço sem prejuízo de multa, nos termos da legislação vigente.

FORO

Fica eleito o foro da Fazenda Pública para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste instrumento.

Data de assinatura: 25 de agosto de 2023.

CRONOGRAMA

Objeto: Audiodrama "Flores"

Evento: 4º Sem Barreiras - Festival de Artistas com Deficiência

Data/Período: 20 a 24 de setembro de 2023

Tempo Aproximado: 5 minutos de cena a ser repetida ao longo do dia, enquanto durar o evento

Local: Praça das Artes

Endereço: Av. São João, 281 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP, 01035-000

Valor: R\$ 2500,00



NOME: Lucas Borba

Representante Legal: Lucas Borba

RG: [REDACTED]

CPF: [REDACTED]

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ENDEREÇO: Rua Libero Badaró, nº 425 – 32º andar – Centro - SP

A empresa Câmera Cega, com sede na Rua Pedro de Toledo nº 910, C.N.P.J. nº 41.407.063/0001-44, **DECLARA**, sob as penas do Art. 299 do Código Penal, para os fins de habilitação no presente procedimento licitatório, que se enquadra na situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar 123/06, e que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.

Local e data: São Paulo, 25 de agosto de 2023.



Assinatura do Responsável pela Empresa

R.G. nº **████████████████████**
(Lucas Borba/Audiodescritor consultor)

OBS.: esta declaração deverá ser apresentada no **original**.

05 NOME/RAZÃO SOCIAL

LUCAS BORBA

06 ENDEREÇO

RUA PEDRO DE TOLEDO, 910

07 BAIRRO

VILA CLEMENTINO

08 CIDADE

SÃO PAULO

09 UF

SP

10 CEP

04039-002

11 TELEFONE

11 999691312

12 DADOS BANCARIOS: (X) Incluir conta () Excluir conta

BANCO nubank

AGENCIA 0001

DIG CONTA CORRENTE 6465 9950

DIG 7

13

REPRESENTANTE DO CREDOR

LUCAS BORBA



ASSINATURA

[Handwritten signature]